

MEIO AMBIENTE

Sem pressa com marco temporal

Presidente do Senado afirma que projeto não tramitará na Casa em regime de urgência, como aconteceu na Câmara

» TAINÁ ANDRADE

O projeto de lei do marco temporal (PL 490/07) não tramitará em regime de urgência no Senado. Quem assegura é o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A representantes indígenas, ele se comprometeu a seguir os ritos normais antes de levar a matéria à apreciação do plenário. O diálogo foi estabelecido logo após o fim da votação do texto na Câmara, em uma reunião conduzida pela deputada federal Célia Xakriabá (PSol-MG), que preside a Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, e pela ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara. O andamento menos célere dará tempo para o julgamento do tema no Supremo Tribunal Federal (STF), que ocorrerá em 7 de junho.

“Chegando lá, não vai ter urgência esse projeto. Ele (Pacheco) vai distribuir para as comissões. E garantiu que vai ter um diálogo com os povos indígenas, o que não aconteceu aqui”, frisou o secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena, numa referência à votação, a toque de caixa, na Câmara, onde o projeto foi aprovado na terça-feira.

Ao **Correio**, a deputada Célia Xakriabá elogiou a postura de Pacheco. Ela enfatizou que a aprovação do marco temporal das demarcações de terras indígenas interfere na imagem do Brasil no exterior. “Por isso que é bom ter um presidente que vai até a COP (conferência da Organização das Nações Unidas sobre mudanças climáticas). Eu ouvi dele que não quer mais ser cobrado por essa imagem de um país que mais desmata, de um país que não tem compromisso com os povos indígenas”, disse.

Roque de Sá/Agência Senado



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, promete a representantes indígenas que haverá amplo debate do projeto do marco temporal na Casa

Dificuldade

A dificuldade dos indígenas em abrir diálogo com a Câmara decorre, principalmente, da pressão exercida pela bancada ruralista. Um dia após a aprovação do marco temporal na Casa, a ministra Sônia Guajajara compareceu à audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para esclarecer as políticas de demarcação de territórios indígenas e de desapropriações de terras. O requerimento foi feito pela deputada

Caroline de Toni (PL-SC), integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Na oitiva, houve desentendimento entre as duas quando Guajajara deu uma bronca na parlamentar para que prestasse atenção às suas explicações. A ministra respondia a questionamentos da deputada a respeito da necessidade de tantas demarcações de terras e enfatizava que o fato não era político-ideológico.

“Quería que ela prestasse atenção, por favor, para depois

não perguntar de novo”, repreendeu Guajajara. “Você já me perguntou duas vezes coisas que eu já tinha dito inicialmente, então, se não prestar atenção, eu vou passar a tarde toda aqui, com você me perguntando a mesma coisa.” Caroline de Toni se defendeu explicando que tinha sido chamada à CPI do Movimento dos Sem Terra (MST), porque era a próxima a falar. Guajajara retrucou: “Se for para a senhora me ofender, eu também não vou ficar aqui”.



Ouvi dele que não quer mais ser cobrado por essa imagem de um país que mais desmata, que não tem compromisso com os povos indígenas”

Célia Xakriabá, deputada pelo PSol-MG, sobre Pacheco

Mais pontos perigosos

O projeto de lei que torna necessária a ocupação de uma terra indígena até 5 de outubro de 1988 para que ela possa ser demarcada tem outros pontos polêmicos no texto que dividem o Congresso. Embora a chamada tese do “marco temporal” seja o principal item do PL 490/2007, a matéria altera políticas indigenistas adotadas há décadas no país. Uma delas reacende a possibilidade de contato com povos que vivem em isolamento voluntário.

A Câmara aprovou o PL do Marco Temporal, na terça-feira, por 283 votos a 155. O principal ponto do projeto é estabelecer em lei que somente territórios ocupados por indígenas na data da promulgação da Constituição de 1988 podem ser demarcados como terras indígenas.

Além do marco temporal, a proposta implementa a possibilidade de contato com indígenas que vivem em isolamento voluntário para ações de “utilidade pública”, inclusive por meio de “entidades particulares, nacionais ou internacionais”, contratadas pelo Estado. A matéria não especifica quais seriam as atividades de utilidade pública admitidas.

O texto ainda cita instalação de “equipamentos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos”. Entidades e deputados contrários à proposta classificam o trecho como problemático.

Ibama: “Licença por canetada, não”

» VICTOR CORREIA

O embate entre Ibama e Petrobras pela exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas foi tema, ontem, de audiência pública na Câmara. Segundo o presidente do órgão ambiental, Rodrigo Agostinho, o pedido de reconsideração apresentado pela estatal tem melhorias em relação à proposta inicial e será analisado por uma equipe técnica. Ele, porém, avisou que o Ibama não concederá licenças “por canetada”, caso a solicitação esteja fora do exigido pela legislação.

O debate ocorreu na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara. A Petrobras foi representada pela gerente de Sustentabilidade e Meio Ambiente da empresa, Daniele Lomba. Ela contestou os pontos criticados pelo Ibama, que levaram à negativa inicial para exploração de petróleo no chamado Bloco 59, na costa do Amapá. Também estiveram presentes representantes de produtoras de petróleo, do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima, além de entidades ambientalistas.

Daniele Lomba explicou que a licença pedida pela Petrobras é voltada para uma atividade temporária, com duração entre cinco e seis meses, apenas para perfuração e verificação se há petróleo ou gás no local. Já no entendimento do Ibama, os planos e os equipamentos apresentados inicialmente não são suficientes para garantir uma resposta adequada em caso de acidentes, como o derramamento de óleo.

De acordo com Daniele, a Petrobras colocou 12 embarcações para atuar em emergências, com capacidade de drenar óleo da água e servir de hospital veterinário ambulante, capaz de atender a animais que possam ser impactados em caso de vazamento. Ela também ressaltou que os

estudos realizados pela empresa mostram que não há risco de petróleo chegar à costa do Amapá se houver acidentes, ao contrário do que apontam Ibama e ambientalistas.

A representante da petroleira ainda questionou a exigência da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar, estudo que analisa as condições para exploração de petróleo em uma região. “Em nenhum momento, foi colocado no processo de licenciamento que isso seria uma condição a dar continuidade a esse licenciamento. E não é um estudo que a Petrobras tem atribuição de fazer”, enfatizou.

Melhorias

A jornalista, após a sessão, Agostinho destacou que os dados informados por Daniele Lomba na comissão não estavam presentes no primeiro pedido de licenciamento. “No plano que foi apresentado ao Ibama, em relação à fauna, eram duas embarcações. Hoje, no PowerPoint da Petrobras, eram 12. Óbvio que isso é uma melhoria”, afirmou.

Conforme Agostinho, a primeira avaliação previa dois dias para percorrer, de barco, a distância de 800km entre o ponto de apoio logístico, em Belém, e o local da perfuração. Daniele, porém, citou uma embarcação que pode fazer o trajeto em 24 horas. A demora era apontada como outro ponto de preocupação do Ibama.

Questionado sobre prazo para análise do pedido, Agostinho evitou responder e citou que o Ibama tem menos de 80 servidores para avaliar as três mil solicitações de autorização em andamento, sendo 100 apenas da Petrobras. “Esse é um licenciamento que tramita no Ibama desde 2014. É importante deixar claro que, se fosse uma licença fácil, teria sido emitida no governo passado”, justificou.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL,

A CASA LEGISLATIVA MAIS TRANSPARENTE DO BRASIL.

DEIXAMOS TUDO CLARO PARA O POVO: NÃO É POR ACASO QUE **ESTAMOS NO TOPO DA LISTA INTERNACIONAL DA TRANSPARÊNCIA.**

A Transparência Internacional é um movimento global com uma mesma visão: governos, empresas e cotidiano de pessoas livres da corrupção. Para essa lista, os pesquisadores consideraram informações como cotas parlamentares, viagens oficiais, normas de regulação de lobby, presença de deputados em plenário, assim como o pagamento de salários aos servidores. Devido à qualidade da divulgação dos dados, a CLDF atingiu a maior pontuação entre todas as casas legislativas do país.

Accesse o QR Code e saiba mais.

CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

TV CÂMARA
DISTRITAL

CANALIS
ABERTO NET VIVO
9.3 11 9

GSTÃO PÚBLICA
CLDF ocupa 1º lugar em ranking de transparência, segundo estudo sobre casas legislativas

Publicado em 25/05/2023 19h18

Jornal de Brasília

DF lidera índice de transparência internacional de casas legislativas do país

[/comunicacldf](https://www.instagram.com/comunicacldf) [/cldfnoticias](https://www.facebook.com/cldfnoticias) [/tvcamaradistrital](https://www.youtube.com/tvcamaradistrital) www.cl.df.gov.br